

Relatório do Conselho da Direção

1. A INSTITUIÇÃO

O CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA DO SOUTO DA CASA é uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida, pela DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL por Portaria nº 139/2007 de 29 de Janeiro, “como pessoa coletiva de utilidade pública” com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS, com sede na Rua Marquês de Pombal, nº 12, 6230-698 Souto da Casa, com o NIF: 501 506 985.

Tem como principal objeto social – Apoio Social para pessoas idosas e Atividades para crianças sem alojamento.

Para tal, o Centro Paroquial oferece as seguintes valências:

- Lar de Idosos
- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário
- Apoio à Infância

MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

MISSÃO

Garantir o melhor acompanhamento dos Utentes, procurando a satisfação das suas necessidades.

Desenvolvimento de trabalhos, centrados na vertente da ação social, de modo a criação de valor social, baseado em princípios de ética.

VISÃO

O Centro Paroquial tem como fim ser uma Instituição que cumpre as normativas legais em

vigor, delinear uma estratégia de desenvolvimento social, com tendência para a sustentabilidade da própria Instituição, assim como, a concretização duma prestação de serviços integrados.

VALORES E POLÍTICA

A Associação está empenhada em garantir a todos os colaboradores um bom ambiente de trabalho e o aumento progressivo dos níveis de satisfação.

2. MEIO ECONÓMICO ENVOLVENTE

A economia portuguesa sofreu um choque sem paralelo recente por via da pandemia.

A redução do tempo de trabalho por motivo de doença, assistência à família e confinamento gerou do lado da procura e da oferta uma destruição da capacidade produtiva. O encerramento de empresas, o adiamento de despesas de consumo e investimento, face à incerteza. A queda generalizada da economia gerada pelo colapso nos fluxos mundiais de comércio, com destaque para o turismo.

A incerteza quanto ao período em que esta situação perfeitamente inusitada durará, gera um clima extremamente adverso que os governos e os principais bancos centrais tentam mitigar com políticas de apoio à economia e à proteção social. O impacto destas medidas depende da sua magnitude e da forma como são interpretadas pelos mercados e agentes económicos.

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa caiu em 2020, o importante valor de 7,6%.

No primeiro semestre de 2020 caiu 17,3%, face ao final de 2019. No 3º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13,3%. Mas eis que a segunda vaga gerou novamente uma queda no 4º trimestre.

A redução procura interna bem como das exportações explicam a queda da atividade económica em 2020.

Em 2019 a economia portuguesa estava a viver um período de ajustamento e convergência com a Europa, através da redução do endividamento das empresas e dos particulares. O saldo orçamental alcançou em 2019 um excedente.

Da mesma forma o setor bancário registou progressos de ajustamento estrutural de liquidez, redução dos custos operacionais, a melhoria da qualidade das carteiras de crédito, melhores índices de rentabilidade.

As restrições impostas pela pandemia ao nível da atividade económica tais como o encerramento das fronteiras e o condicionamento à livre circulação geraram uma quebra acentuada da procura e da oferta com repercussões na situação financeira dos agentes económicos, cuja rigidez da estrutura de custo originou necessidades de financiamento acrescidas.

A assunção de parte dos custos por parte das autoridades governativas, bem como crédito com garantia pública e o adiamento algumas obrigações fiscais e contributivas possibilitou amortecer o choque gerado por esta quebra abrupta de rendimentos.

Mas fundamentalmente diluir no tempo, permitindo preservar empresas e relações laborais. As moratórias de crédito permitem evitar o risco de incumprimento e insolvência bem como a melhoria do risco de crédito, mas não resolveram a vulnerabilidade dos agentes económicos que mais tarde serão confrontados com a sua liquidação.

O consumo privado caiu 6,8% em 2020. O ano de 2021 é ainda uma profunda incógnita, pois apenas com o alcançar da imunidade de grupo, que se espera que aconteça durante o verão, é que será possível realizar uma correta estimativa de evolução dos principais indicadores económicos.

A atuação das diversas autoridades perante a pandemia gerou um aumento do endividamento, desde logo no setor da saúde, mas também nas medidas de apoio à economia.

O impacto da pandemia sobre a atividade económica difere entre países por via do peso que cada setor representa na estrutura económica e produtiva.

A União Europeia, tentou aplanar essas desigualdades entre países através de medidas de política orçamental adotadas nesta situação de emergência. Deverão ser temporárias por forma a que o setor público retome o processo de consolidação orçamental.

Os custos de financiamento das dívidas soberanas deverão manter-se reduzidos, face às medidas adotadas pelo BCE.

Para os próximos dois anos prevê-se uma recuperação da economia portuguesa, mais acentuado em 2022, pois o exercício de 2021, ainda será fortemente afetado pelas diversas vagas da pandemia. O crescimento do PIB em 2021 será de 3,8%, em 2022 de 4,5% e em 2023 de 2,4%. O PIB deverá retomar o nível de crescimento pré-pandemia em 2024.

Em 2020 o emprego deverá registar uma diminuição de 2,3%. Este valor, aquém do esperado, é explicado pelo recurso ao regime de layoff simplificado bem como ao apoio aos trabalhadores independentes. É esperada para o período de 2021 a 2023 uma gradual recuperação deste indicador, bem como um aumento da produtividade por trabalhador.

A taxa de desemprego que em 2019 se situava nos 6,5% deverá passar para 7,2% em 2020 e 8,8% em 2021.

A inflação está nos -0,2% em 2020, tendo prevalecido os efeitos negativos da quebra da procura. Prevê-se uma evolução para 0,3% e 0,9% e 1,1% nos três anos seguintes.

Podemos concluir que em 2020 a atividade económica em Portugal e no resto do mundo foi determinada pela pandemia e o efeito que esta gerou no comportamento dos agentes económicos. Os tempos futuros continuarão refletindo essa realidade dependendo a evolução da atividade económica da rapidez na introdução das vacinas e da magnitude, celeridade e bom emprego das medidas da União Europeia conjugadas com as políticas nacionais e a capacidade de lhe dar seguimento.

WVC
JP
L2

3. ATIVIDADE E ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Os acordos de cooperação (comparticipações) com ISS são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção desta Instituição.

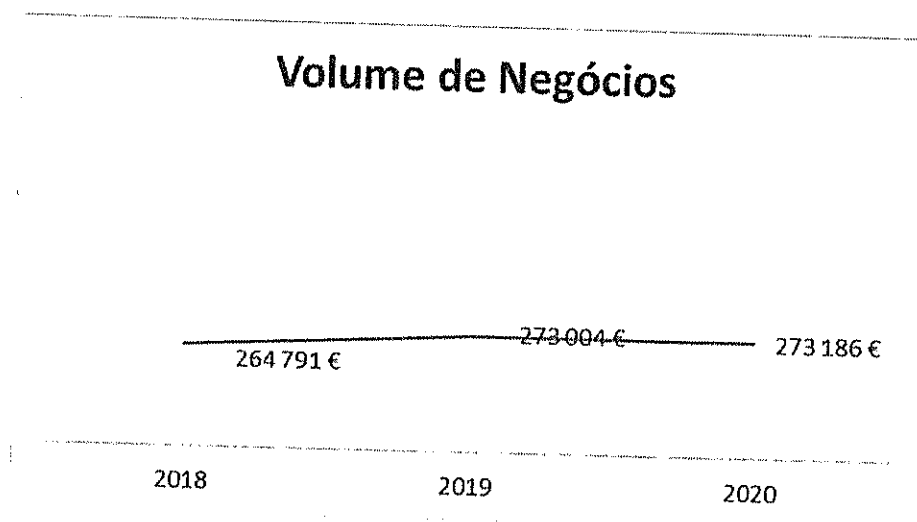
Em 31 de dezembro de 2020 existia o seguinte acordo:

- Acordo com o Instituto de Segurança Social que comparticipa 16 utentes do Lar de Idosos com 2 vagas sociais por parte da Segurança Social e 2 vagas "sociais" por parte da Instituição por força do Tribunal de Menores (2 utentes, irmãos, José Moreira e Alfredo Moreira) que possuem deficiência acentuada com 82 e 79 anos de idade, respetivamente; 16 utentes em Apoio Domiciliário e 31 utentes do Centro de Dia.

A Instituição recebeu atempadamente as comparticipações financeiras protocoladas, baseadas na informação dos mapas enviados.

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios em 2020, é comparável com os resultados obtidos em 2019 e em 2018, tal como é demonstrado no quadro seguinte:



A estabilização dos rendimentos no período de 2018 a 2020 permitiu que o Centro Paroquial alcançasse a estabilidade financeira necessária para o investimento em criação de novas infraestruturas e melhoramento das existentes.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2020 o desempenho económico e financeiro da Instituição conduziu à apresentação de um resultado líquido positivo de 31.907,08€. O aumento do resultado líquido registada em 2020, deve-se principalmente ao aumento do valor dos subsídios atribuído pela Segurança Social e também o resultado dos concursos efetuados com a aquisição de bens e serviços e respetivas negociações a obtenção de preços mais vantajosos e acresce-nos ainda esclarecer que a Instituição foi beneficiada de um donativo bastante considerável.

RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional da empresa reflete a variação registada nos Outros Gastos e Amortizações e Depreciações do exercício. No quadro seguinte apresentamos a evolução dos resultados operacionais:

	2018	2019	2020	Variação (2020-2019)	
				€	%
Rendimentos Operacionais	444 432 €	455 459 €	521 837 €	66 378 €	15%
Vendas	11 158 €	8 195 €	9 568 €	1 373 €	17%
Prestação de Serviços	263 634 €	264 809 €	263 618 €	-1 190 €	0%
Subsídios à Exploração	162 433 €	172 680 €	222 781 €	50 101 €	29%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	7 208 €	9 776 €	25 870 €	16 094 €	165%
Gastos operacionais	487 396 €	475 480 €	489 911 €	14 421 €	3%
Custo das materias consumidas	101 917 €	84 779 €	94 152 €	9 373 €	11%
Fornecimentos e Serviços Externos	120 635 €	118 833 €	122 306 €	3 472 €	3%
Gastos com o Pessoal	243 953 €	253 030 €	240 829 €	-12 200 €	-5%
Amortizações e Depreciação do exercício	15 010 €	15 342 €	24 635 €	9 292 €	61%
Imparidades e Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0%
Outros gastos e perdas operacionais	5 881 €	3 506 €	7 990 €	4 484 €	126%

Conforme é possível constatar pela evolução dos nossos rendimentos operacionais, estes registaram um acréscimo de 14% face ao ano anterior.



No que se refere aos rendimentos, apresenta-se no quadro seguinte, de forma mais desagregada, as principais rubricas.

Rendimentos Operacionais	2018	2019	2020	Variação (2020-2019)	
				€	%
Vol. Negócios					
Subsídio	264 791 €	273 004 €	273 186 €	183 €	0,1%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	162 033 €	172 680 €	222 781 €	50 101 €	0,0%
Outros rendimentos	7 208 €	9 776 €	25 870 €	16 094 €	164,6%
Rendimentos Operacionais	434 432 €	455 459 €	521 837 €	66 378 €	14,6%

Os gastos operacionais atingiram o valor de 489.911€, sendo que as rubricas, com maior expressão, são apresentadas no quadro abaixo.

Gastos Operacionais	2018	2019	2020	Variação (2020-2019)	
				€	%
Custo das materias consumidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	101 917	84 779	94 152	9 373	11,1%
Gastos com o Pessoal	120 635	118 833	122 306	3 472	2,9%
Imparidades	243 953	253 030	240 829	-12 200	-4,8%
Outros gastos e perdas operacionais	0	0	0	0	100,0%
Amortizações e Depreciação do exercício	5 881	3 506	7 990	4 484	127,9%
Gastos Operacionais	487 396 €	475 490 €	489 911 €	14 421 €	3,0%

RESULTADOS FINANCEIROS

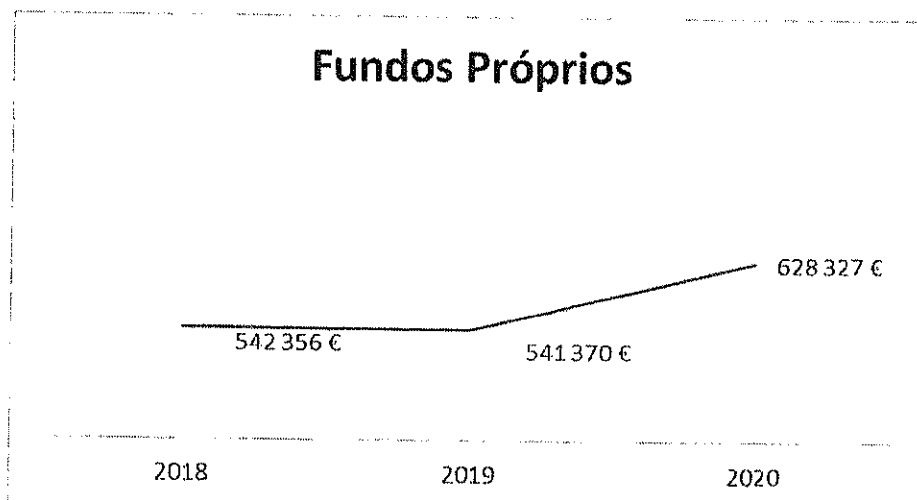
Os resultados financeiros, apresentados no quadro seguinte, são o resultado do saldo entre Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados. Os gastos financeiros têm a sua origem nos juros suportados devido aos financiamentos obtidos e contratação de uma operação de factoring junto da entidade bancária Montepio Geral.

Resultados Financeiros

Resultados Financeiros	2018	2019	2020	Var. €	Var. %
Gastos Financeiros	51 €	92 €	19 €	-73 €	-80%
Rendimentos Financeiros	2 248 €	3 044 €	1 805 €	-1 239 €	-41%
Resultados Financeiros	2 196 €	2 953 €	1 786 €	-1 167 €	-40%

FUNDOS PRÓPRIOS

Os fundos próprios no final do exercício ascendem de 628.327 euros.



O forte aumento dos Fundos Próprios em 2020 é justificado pelo resultado líquido de 2020.

PRINCIPAIS INDICADORES

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores económico-financeiros sobre a evolução da atividade da empresa, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

Evolução da Estrutura Financeira			
	2018	2019	2020
Autonomia Financeira			
Solvabilidade	89,78%	90,44%	90,92%
Rentabilidade do ativo	878,30%	94640,95%	1001,63%
	-4,23%	-0,16%	5,08%

Indicadores Económico-Financeiros			
	2018	2019	2020
Volume de Negócios	11 158 €	8 195 €	9 568 €
Cashflow	-10 563 €	14 357 €	56 542 €
Resultado Líquido do Exercício	-25 573 €	-986 €	31 907 €
Ativo Líquido	604 107 €	598 573 €	628 327 €
Capital Próprio	542 356 €	541 370 €	628 327 €
Passivo Remunerado	0 €	0 €	0 €
Passivo Não Corrente	0 €	0 €	0 €
Passivo Corrente	61 750 €	57 203 €	57 036 €
EBITDA	-12 580 €	11 404 €	54 756 €
Meios Libertos Brutos	-12 580 €	11 404 €	54 756 €

Outros Indicadores			
	2018	2019	2020
EBITDA	-12 580 €	11 404 €	54 756 €
EBITDA/vendas	-112,75%	139,16%	572,28%
Encargos financeiros/vendas	-0,83%	-1,08%	0,00%
FSE/Vendas	45,56%	43,53%	0,00%

Estes indicadores refletem a forte estabilidade económica e financeira que foi alcançada pela Instituição.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade da Instituição está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a Instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos utentes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da Instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. A exposição da Instituição ao risco de crédito é reduzida.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da Instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da Instituição.

RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da Instituição. No entanto, no caso da Associação este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmado com a segurança social.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Associação tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde janeiro de 2021 foram reportados, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com a pandemia da Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Face à natureza das medidas já implementadas (Estado de Emergência e de Calamidade) e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia seja extramente afetada a nível mundial e nacional, já com previsões de tendências muito recessivas. Considerando este contexto de incerteza, o Centro Paroquial, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e utentes.

O Centro Paroquial permanece atento e cuidadoso perante os riscos que poderão surgir para as suas áreas de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros, estando atualmente a implementar medidas de prevenção, controlo e vigilância com vista à minimização de eventuais impactos.

Em termos financeiros e económicos, as repercussões na nossa atividade ainda não foram significativas. O primeiro trimestre do ano de 2021, não é ainda representativo da incerteza quanto à pandemia. Estamos, no entanto, convictos de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os nossos parceiros, como sejam os utentes, os fornecedores e as comunidades locais, estaremos preparados para enfrentar este desafio.

Estas medidas implementadas quer a nível nacional, quer a nível internacional, terão consequências no desempenho económico e financeiro da Instituição no ano de 2021 e seguintes. Após o encerramento do exercício, para além do relatado relativamente à COVID-19, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os utentes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, a Direção propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Instituição.

Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 31.907,08€ para Resultados Transitados.

A Direção